

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PR****DECISÃO DOS RECURSOS  
(INFRARRELACIONADOS)****I  
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao provimento de 10 vagas, além de formação de cadastro de reserva para atendimento a novas vagas que vierem a surgir durante a validade do concurso público, para cargos de nível superior, nível médio técnico, nível médio e nível fundamental do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Capanema, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no EDITAL Nº 01 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

**RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**

| Inscrição | Nome                                       | Cargo                         |
|-----------|--|-------------------------------|
| 121000715 | Ana Claudia Bugs                           | Agente de Combate às Endemias |
| 121000882 | Eliseu De Quadros                          | Agente de Combate às Endemias |
| 121001349 | Vanessa Ferrari                            | Agente de Combate às Endemias |
| 121001370 | Neusa De Fátima Gonçalves Veiga Dos Santos | Agente de Combate às Endemias |
| 121001489 | Aline Rodrigues De Oliveira De Sales       | Agente de Combate às Endemias |
| 121000131 | Danusia Talita Ferreira Oliveira           | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000136 | Diandra Carla Uncini Brunhera              | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000276 | Eder Borges Dos Santos                     | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000291 | Debora Rebeca Gros Lara                    | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000455 | Douglas Kraemer                            | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000493 | Rodrigo Barros Ferreira                    | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000554 | Fernando Borgert                           | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000682 | Adriano Luiz Zini                          | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000795 | Renan D Avila                              | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121000835 | Jeferson De Araujo Da Silva                | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121001032 | Aline Maria Pasolini                       | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121001126 | Mariely Kuche Dos Santos                   | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121001190 | Diego Finato                               | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121001202 | Jonatan Elias Martins                      | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121001205 | Luciane Paini Garcia                       | Auditor Fiscal Municipal      |
| 121001251 | Roberto Augusto Ferronato                  | Auditor Fiscal Municipal      |

|           |   |                          |
|-----------|---|--------------------------|
| 121001387 | Alessandro Do Nascimento Ferreira         | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001402 | David Luiz Dotto                          | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001434 | Maicon Lucas Luft                         | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001448 | Maquely Joana Cardoso                     | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001460 | Kelly Jackeline Costa                     | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001465 | Marcos Antonio Gonçalves                  | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001466 | Allan Bier Ferreira                       | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001498 | Johnathan Cezar Casasa                    | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001513 | Marina Lora Tormen                        | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001558 | Guilherme Rodrigues Cavet                 | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001610 | Stefany Carol Weber                       | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001611 | Flavio Junior Stefanello                  | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001729 | Guilherme Peres Rabelo                    | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001743 | Matheus Soares Guimaraes                  | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001776 | Paola Cristine Dagostin                   | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001786 | Marlon Rosa                               | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001792 | Gilmar Neves De Oliveira                  | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001793 | Maria Jesdianiane Da Silva Barbalho       | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001829 | Daniel Silvestri Goulart                  | Auditor Fiscal Municipal |
| 121001876 | Iygar Nunes Do Carmo                      | Auditor Fiscal Municipal |
| 121000290 | Debora Rebeca Gros Lara                   | Contador Público         |
| 121001451 | Adelso Garcia Gomes Junior                | Contador Público         |
| 121001552 | Cleiton Adriano Rohte                     | Contador Público         |
| 121001728 | Rafael Costa Ferreira                     | Contador Público         |
| 121001771 | Marcelo Rosa Junior                       | Contador Público         |
| 121001796 | Argemiro Neto Da Luz Rodrigues            | Contador Público         |
| 121001039 | Guilherme Felipe Schallenberger Schaurich | Engenheiro Civil II      |
| 121001042 | Vinicius Cerezer Seben                    | Engenheiro Civil II      |
| 121001066 | Camila Frank Hollmann                     | Engenheiro Civil II      |
| 121001764 | Nathaly Aparecida De Souza Bauer          | Engenheiro Civil II      |
| 121000106 | Gesiani Dinara Rodrigues De Lima          | Fiscal de Tributos       |
| 121000501 | Edinéia Inês Schutz Schwenk               | Fiscal de Tributos       |
| 121001031 | Aline Maria Pasolini                      | Fiscal de Tributos       |
| 121001096 | Ana Emília Tscha Kessler                  | Fiscal de Tributos       |
| 121001220 | Neiva Beatriz Nos                         | Fiscal de Tributos       |
| 121001414 | Antônio Roldão Dos Santos Filho           | Fiscal de Tributos       |
| 121001730 | Wanessa Kamila Dias Rabelo                | Fiscal de Tributos       |
| 121001785 | Marlon Rosa                               | Fiscal de Tributos       |
| 121001685 | Ocimar Junior Gouvea                      | Tesoureiro               |
| 121001914 | Eder Borges Dos Santos                    | Tesoureiro               |

II  
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS  
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Agente de Combate às Endemias**

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 24**

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

O enunciado é enfático ao questionar sobre “a *Leishmaniose Visceral* é também conhecida como”. No entanto, há mais de uma opção de resposta que atende e complementa tal questionamento. Assim sendo, a questão foi anulada.

Fonte: Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/leishmaniose-visceral>

**Cargo: Auditor Fiscal Municipal**

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 01**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se afirma nos itens de I a IV sobre o texto em questão. No item I, afirma-se que a finalidade desse texto é narrar uma sequência de ações inusitadas para entreter o leitor. Essa afirmação interpreta adequadamente o texto, já que os fatos narrados culminam numa situação cômica que reafirma a dependência do homem pela mulher. No item II, afirma-se que o foco narrativo desse texto está na primeira pessoa do discurso e o narrador é o personagem principal da história. Nota-se, porém, que o foco narrativo do texto está na terceira pessoa do discurso e o narrador é observador dos fatos, ou seja, ele não participa diretamente (“João Marcelo é aquele cara ali.”) dos acontecimentos narrados na história. No item III, afirma-se que esse texto é exemplo do gênero crônica narrativa, que se caracteriza pela flexibilidade de circular tanto no domínio discursivo jornalístico, como também no literário. Essa afirmação está correta, já que nesse texto predomina a tipologia narrativa, ou seja, há personagens envolvidos em uma sequência de ações. Esse tipo de crônica é flexível e pode ser publicada tanto em jornais como em livros literários. No item IV, afirma-se que o narrador desse texto apresenta ao leitor suas impressões e inferências acerca de um acontecimento real, que serviu apenas de pretexto para expor suas reflexões. O narrador, porém, ainda que comente os acontecimentos que narra, não tem compromisso com a realidade, visto que se trata de uma crônica narrativa, portanto, essa afirmação não é comprovada pelo texto. Além disso, por se tratar de uma crônica narrativa, o autor não tem compromisso com a realidade, então, não é possível afirmar se o fato é real ou ficcional. Sendo assim, apenas o que se afirma em I e em III está de acordo com o texto, portanto, a alternativa correta é a letra B.

**Fontes:**

- ANTUNES. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- KOCH; ELIAS. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

**Questão: 03****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para atender ao comando desta questão, deve-se atentar para qual evento desencadeia a história narrada. De acordo com o texto, “tudo começou por causa de um controle remoto [...]. [...] João Marcelo se deu conta da violência diária e silenciosa que ele sofria: a dependência do sexo feminino”. Na alternativa A, o fato que desencadeia a história é o desejo de todos os homens de serem livres. Essa generalização é muito abrangente e não se confirma no texto. Na alternativa C, sugere-se que o fato que desencadeia a história é um homem se sentir subjugado por sua mulher. Essa afirmação está de acordo com o texto: João Marcelo, num momento de clareza, percebe sua dependência pela mulher, Miriam. Na alternativa B, sugere-se que o fato que desencadeia a história é a reunião de homens na orla da Barra da Tijuca, mas essa reunião como consequência de um fato anterior. Na alternativa D, sugere-se que o fato que desencadeia a história é a primeira passeata masculinista organizada por um brasileiro, porém, esse evento só é organizado porque seu idealizador se sentiu subjugado por sua mulher. Na alternativa E, sugere-se que o fato que desencadeia a história é o descaso da sociedade com os problemas complicados dos homens, mas, no texto, os exemplos dados são de problemas cotidianos, que, supostamente, são simples. Sendo assim, apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

**Fontes:**

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

**Questão: 05****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar cada uma das substituições pronominais sugeridas nas alternativas e identificar a incorreta. Na alternativa A, sugere-se a substituição de um objeto direto, constituído por um substantivo feminino, singular, pelo pronome oblíquo “a”, que assume a forma “la”, quando posposto a verbos terminados em R, S ou Z (substituição correta). Na alternativa B, sugere-se a substituição de um objeto direto, constituído por um substantivo feminino, pelo pronome oblíquo “lhe”, que substitui objetos indiretos, então, a substituição correta nesse caso seria pela forma pronominal oblíqua “a” (vestindo-a). Na alternativa C, sugere-se a substituição de um objeto direto, constituído por um substantivo masculino, singular, pelo pronome oblíquo “o” em situação de próclise, por causa da presença de outro pronome (substituição correta). Na alternativa D, sugere-se a substituição de um objeto indireto pelo pronome oblíquo “lhe”, que, diferentemente das formas pronominais “a/o”, substitui objetos indiretos (substituição correta). Na alternativa E, sugere-se a substituição de um objeto direto, constituído por um substantivo masculino, singular, pelo pronome oblíquo “o”, que assume a forma “no”, por causa da terminação nasal do verbo (substituição correta). Sendo assim, apenas a substituição pronominal sugerida na alternativa B atende ao comando desta questão.

**Fontes:**

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

**Questão: 08****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) “Informo que o preenchimento do formulário se faz necessário pelo servidor com limite de data determinado a seguir”.” não pode ser considerada correta, pois, a concordância nominal está incorreta de acordo com a norma padrão em “data determinado”. Aqui o adjetivo “determinada” deve concordar com o seu referente: “data”. No documento a determinação é da data, portanto, “data determinada”. A alternativa “D) “Informamos que o preenchimento do formulário se faz necessário por cada um de vocês com limite de data determinada a seguir”.”, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a linguagem oral,

informal não é adequada à Redação Oficial; o que desautoriza o emprego do pronome “você (s)” por tratar-se de pronome de tratamento informal. A alternativa “C) “Informamos que o preenchimento do formulário se faz necessário pelo servidor com limite de data determinada a seguir.” foi indicada adequadamente como correta. A impessoalidade decorre da “ausência de impressões individuais de quem comunica”, “da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades”, “do caráter impessoal do próprio assunto tratado”. É preciso ressaltar que como é o servidor público quem redige as comunicações oficiais, necessita-se manter o grau de impessoalidade, sem interferência da opinião. Gramaticalmente, há várias maneiras para que a impessoalização da linguagem do texto seja aplicada, entre elas está a generalização do sujeito, colocando-o no plural. Essa é uma maneira eficiente de distanciar-se das emoções e da subjetividade em um texto adotando o uso da primeira pessoa do plural (nós).

Fontes:

- <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-dapresidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>
- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª edição atualizada pelo novo Acordo Ortográfico – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

**Questão: 09**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o trecho do enunciado da questão em análise: “Considerando-se as características anteriormente citadas, leia um modelo que exemplifica uma nota que se trata de uma parte componente de um contrato hipotético de direito privado da administração.”, é possível reconhecer que a expressão “contrato hipotético” deixa claro que o trecho apresentado a seguir não tem caráter real, ou seja, é apenas uma hipótese para a resolução da questão proposta. Assim, não há necessidade de que o número de determinada Lei seja registrado, mesmo porque trata-se de uma questão cujo objetivo é a compreensão da correta aplicação das normas da linguagem em uma Redação Oficial e não questões referentes ao Direito propriamente dito. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, “Para a obtenção de clareza, sugere-se:

- a) utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico, hipótese em que se utilizará nomenclatura própria da área;
- b) usar frases curtas, bem estruturadas; apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas. Em certas ocasiões, para evitar ambiguidade, sugere-se a adoção da ordem inversa da oração;
- c) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto;
- d) não utilizar regionalismos e neologismos;
- e) pontuar adequadamente o texto;
- f) explicitar o significado da sigla na primeira referência a ela; e
- g) utilizar palavras e expressões em outro idioma apenas quando indispensáveis, em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou de não terem exata tradução. Nesse caso, grafe-as em itálico, conforme orientações do subitem 10.2 deste Manual.

**PRECISÃO**

O atributo da precisão complementa a clareza e caracteriza-se por:

- a) articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto;
- b) manifestação do pensamento ou da ideia com as mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico; e
- c) escolha de expressão ou palavra que não confira duplo sentido ao texto.”

Assim sendo, não há comprovação de emprego contrário a qualquer uma das indicações acima elencadas. Quando à coesão e coerência, segundo o Manual de Redação da Presidência da República:

Tais atributos favorecem a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto. Percebe-se que o texto tem coesão e coerência quando se lê um texto e se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros.

Alguns mecanismos que estabelecem a coesão e a coerência de um texto são: referência, substituição, elipse e uso de conjunção. Assim, da mesma forma, não há no texto em análise elemento (s) que comprove (m) a ausência de coesão ou coerência textual.

“A objetividade conduz o leitor ao contato mais direto com o assunto e com as informações, sem subterfúgios, sem excessos de palavras e de ideias. É errado supor que a objetividade suprime a delicadeza de expressão ou torna o texto rude e grosseiro.” Em:

“Nota – A referência a inexigibilidade de licitação só é aplicável nos casos em que presentes os requisitos que a configuram (Leixxxx/xx, art. xx, xx). Quando as necessidades de instalação ou localização não condicionarem a escolha do imóvel, a licitação será exigível, embora possa ser dispensada, desde que, mediante a devida justificação, a hipótese possa ser enquadrada entre as previstas no [...]” o assunto é claro e indicado com objetividade, sem que haja subterfúgios, referente à inexigibilidade ou não de licitação. Devidamente especificado anteriormente “Considerando-se as características anteriormente citadas, leia um modelo que exemplifica uma nota que se trata de uma parte componente de um contrato hipotético de direito privado da administração.”

Fontes:

- Prova aplicada.
- <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-dapresidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>
- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª edição atualizada pelo novo Acordo Ortográfico – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

#### **Questão: 14**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A fórmula de Girard apresentada em recurso trata de um polinômio de segundo grau, enquanto que a questão contém um polinômio de terceiro grau. Dessa forma, o raciocínio apresentado se encontra equivocado, uma vez que é necessário fazer ajustes para que o método de Girard funcione no polinômio de grau 3. Segue uma resolução simples, em que apenas se deve substituir os valores dados no enunciado (raiz igual -3) e através da substituição obtém-se a resposta:

$$p(x) = 2x^3 - bx - 6$$

$$p(-3) = 0 \Rightarrow 2(-3)^3 - b(-3) - 6 = 0$$

$$-54 + 3b - 6 = 0$$

$$3b = 60$$

$$b = 20$$

Conforme gabarito preliminar.

#### **Questão: 15**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa B.**

As razões recursais merecem prosperar. Segue uma possível resolução da questão:

Cada faxineiro é capaz de limpar: 7 m<sup>2</sup> por hora.

Logo, com 8 faxineiros, serão limpados 7\*8 = 56 m<sup>2</sup>/h

Desse modo, para se limpar 126 m<sup>2</sup> serão precisas 126/56 = 2,25 horas que equivale a 2 horas e 15 minutos.

Portanto, o gabarito foi alterado para letra B.

**Questão: 16**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que a questão não oferece resposta, contudo, o enunciado traça uma pergunta hipotética em que o Município pretende extinguir um distrito. No caso, o gabarito aponta a exata redação da Lei Orgânica do Município de Capanema – PR que, em seu artigo 8º, § 3º exige a edição de lei municipal. A mesma redação está prevista no art. 17, inciso IV da Constituição Estadual do Paraná. Note-se que a questão não trata de supressão de territórios, cuja exigência é lei complementar, conforme previsto no §4º do artigo 8º da Lei Orgânica. Neste sentido, é obrigatória a edição de lei municipal, devendo esta atentar para os parâmetros gerais estabelecidos na legislação estadual. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.  
Fonte: Lei Orgânica do Município de Capanema – PR, art. 8º, § 3º.

**Questão: 20**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que a questão não oferece resposta, contudo, o Estatuto dos Servidores não está em contradição com o texto constitucional. A Constituição Federal não proíbe e nem obriga a realização de concurso durante a validade de outro, apenas determina que, na hipótese de certames concomitantes, deve-se garantir a ordem de aprovação dos candidatos. Referida escolha compete ao ente federativo no exercício de sua autonomia legislativa. Assim, no âmbito do Município de Capanema, optou-se por não se realizar concursos antes do término da vigência do concurso anterior. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.

Fonte: Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Capanema – PR, art. 12§ 2º.

**Questão: 22**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa E.**

De acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964:

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

**III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.**

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

[...]

**Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.** “(BRASIL, 1964)

Dessa forma, os créditos adicionais extraordinários são destinados a suprir despesas urgentes e imprevistas, não dependem de fonte de recursos e independem de autorização legislativa, devendo ser abertos por Medida Provisória (União) ou Decreto do Poder Executivo (Estados e Municípios) que devem dar imediata ciência ao Poder Legislativo.

Portanto, em atendimento à solicitação da questão a resposta correta corresponde à **alternativa E**, sendo alterado o gabarito (de A para E).

Fontes:

- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade aplicada ao setor público.** 8. ed. Brasília, 2018, p. 29.

#### Questão: 24

##### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964:

“Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

Art. 17. Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções”. (BRASIL, 1964).

O léxico sempre representa continuamente, constantemente, sem exceção; já a locução sempre que possível refere-se à delimitação ou exceção dentro de determinadas possibilidades ou condições para se desenvolver. A troca das palavras/termos torna a assertiva falsa.

A modificação da assertiva para: “prestação de serviços essenciais de assistência social, apenas, não inclusos prestação de serviços médica e educacional”, torna a assertiva falsa, uma vez que conforme a legislação é prevista a “prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional”.

Portanto, diante do exposto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

##### Fontes:

- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui** Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade aplicada ao setor público**. 8. ed. Brasília, 2018, p. 29.

#### Questão: 26

##### Recurso Procedente. Questão anulada.

O enunciado e comando da questão apresentam: “ [...] A (O) \_\_\_\_\_ do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com *O ESTRUTURADO* \_\_\_\_\_ contábil aplicável [...]”

Conforme a NBC TA 200 (R1),

A **opinião** do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com *A ESTRUTURA DO RELATÓRIO* contábil aplicável. Tal **opinião** é comum a todas as auditorias das demonstrações contábeis.

A alternativa correta para completar a afirmativa seria a letra C) opinião.

Contudo, por erro de grafia, a questão não apresenta alternativa correta, sendo ANULADA.

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 200 (R1)** – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria.

#### Questão: 29

##### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático trata de: Noções de Auditoria: “*Conceito e definição de auditoria; normas de auditoria; auditoria interna e externa; programas de auditoria e relatórios de auditoria* [...]”.

Para Crepaldi e Crepaldi (2019), a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo verificar sua adequação aos princípios e normas contábeis bem como à legislação específica. Ela consiste em um processo utilizado pela entidade para controlar as áreas-chave nas empresas, a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes regulares nos controles

internos específicos de cada organização; além de poder avaliar a sua situação atual com relação ao que foi descrito em suas demonstrações contábeis.

Conforme a Almeida (2012), ao tratar da auditoria das demonstrações contábeis, especificamente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), aponta que “*deduções de vendas, abatimentos e impostos: são classificadas nesse grupo de contas as devoluções de vendas, abatimentos em função do valor ter sido faturado a maior, os impostos incorridos sobre as vendas, tais como ICMS, PIS, etc.*”.

Dessa forma, a referência à DRE está relacionada ao conceito de auditoria e emissão de relatórios, sendo tais conteúdos constantes do edital.

Portanto, diante do exposto, a questão e o gabarito foram mantidos.

Fontes:

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CREPALDI, S.; CREPALDI, G. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

### **Questão: 31**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Existem diferentes formas de controle na Administração Pública:

- a) Controle quanto à origem: Controle interno, Controle Externo, Controle Popular;
- b) Controle quanto ao momento: Preventivo, Concomitante, Corretivo;
- c) Controle quanto à natureza: Controle da legalidade, Controle do Mérito;
- d) Controle quanto ao Poder que o exerce: Administrativo, Legislativo, Judicial.

A questão solicita, expressamente, que a resposta seja quanto ao Poder que exerce o controle.

O conteúdo das alternativas disponibilizadas em referida questão, para que fosse efetuada a correlação entre o tipo de controle e a conceituação do mesmo, são transcrições literais de documento elaborado por Hely Lopes Meirelles, conforme disposto a seguir:

- I. *Controle Judicial, o qual é exercido exclusivamente pelos órgãos do Poder Judiciário, na sua função julgante e contenciosa. Essa contenção das atividades públicas pelo Poder Judiciário visa à defesa dos administrados e à manutenção da Administração dentro das normas legais, pelo que é apenas um controle de legalidade.*
- II. *Controle Parlamentar, o qual é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo sob o duplo aspecto da legalidade e da conveniência pública, pelo que se caracteriza como controle eminentemente político e, como tal, alheio aos direitos individuais do administrado, mas adstrito aos interesses coletivos da comunidade.*
- III. *Controle Administrativo, o qual se efetiva por meio da fiscalização hierárquica, de recursos administrativos e de prestações de contas. Esse tipo de controle atinge não só os órgãos da administração centralizada, como também, a administração descentralizada.*

Fonte: Conferência pronunciada por Hely Lopes Meirelles. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/38799/37538>

### **Questão: 33**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão versa sobre legislação tributária. Conforme disposto na Lei 5.172 de 1966 e alterações posteriores, conclui-se que a única alternativa INCORRETA é a letra “B” conforme gabarito divulgado.

Alternativa: A. CORRETA, conforme disposto no Art. 32 da Lei 5.172 de 1966.

*Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.*

Alternativa: B. INCORRETA, conforme disposto no Art. 34 da Lei 5.172 de 1966.

*Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.*

Alternativa: C. CORRETA, conforme disposto no Art. 33 da Lei 5.172 de 1966.

*Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.*

*Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.*

Alternativa: D. CORRETA, conforme disposto no Art. 32, § 2º da Lei 5.172 de 1966.

*Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.*

[...]

**§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.**

Alternativa: E. CORRETA, conforme disposto no Art. 32, § 1º da Lei 5.172 de 1966.

*Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.*

*§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:*

*I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;*

*II - abastecimento de água;*

*III - sistema de esgotos sanitários;*

*IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;*

*V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel*

Fonte: LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (CTN), artigos: 32, 33 e 34.

#### **Questão: 34**

##### **Recurso Procedente. Questão anulada.**

A questão versa sobre legislação tributária e foi inteiramente baseada nos ditames da Carta Magna de 1988.

*Art. 146. Cabe à lei complementar:*

*I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;*

*II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;*

*III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:*

*a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;*

*b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;*

*c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.*

*d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.*

*Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:*

*I - será opcional para o contribuinte;*

II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;  
III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;  
IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

Alternativa: A. INCORRETA, conforme disposto no Art. 146-A da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: B. INCORRETA, conforme disposto no Art. 146, III da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: C. CORRETA, conforme disposto no Art. 146, I, II da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: D. INCORRETA, conforme disposto no Art. 146 da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: E. CORRETA, conforme disposto no Art. 146 da Constituição Federal de 1988.

Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Artigos: 146 e 146-A

### Questão: 35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão versa sobre a **Intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico**, questão expressa e sinteticamente tratada no Art. 22 da CF/88, conforme transcrito a seguir.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

Quando se estabeleceu em Edital que seria exigido conhecimento a respeito da Intervenção do Estado na propriedade e, também, no **domínio econômico**, o instrumento convocatório autorizou elaborar questão que abarcasse o disposto no artigo 22 da Constituição Federal.

Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Art. 22.

### Questão: 37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático que autoriza a exigência de conhecimento existentes na questão 37 é o seguinte: "Legislação Tributária; Obrigação tributária; Crédito tributário; Administração tributária. Legislação tributária Municipal "

Seção V - DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

[...]

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

Art. 154. A União poderá instituir:

*I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;*

*II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.*

Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Questão: 38**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão versa sobre Administração tributária e Controle da Administração Pública e foi inteiramente baseada nos ditames da Carta Magna de 1988, conforme transcrito a seguir.

*CAPÍTULO IV- Dos Municípios*

*Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*

*§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.*

*Art. 167. São vedados:*

*[...]*

*X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

*[...]*

*XIII – a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.*

*Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.*

*§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:*

*I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.*

Alternativa: A. CORRETA, conforme disposto no Art. 31 da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: B. CORRETA, conforme disposto no Art. 167, X da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: C. INCORRETA, pois está em desacordo com o disposto no Art. 31 da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: D. CORRETA, conforme disposto no Art. 167, XIII da Constituição Federal de 1988.

Alternativa: E. CORRETA, conforme disposto no Art. 169, § 1º da Constituição Federal de 1988.

Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Questão: 40**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático que autoriza a exigência de conhecimento existentes na questão 40 é o seguinte:

“Competência tributária; Impostos; Taxas; Contribuição de melhoria; Legislação Tributária; Obrigação tributária”

*Art. 158. Pertencem aos Municípios:*

*I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;*

*II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;*

*III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;*

*IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.*

[...]

Art. 159. A União entregará:

*I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:*

*a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;*

*b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;*

[...]

*III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.*

[...]

*§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.*

Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

## Cargo: Contador Público

### Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

#### Questão: 02

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “D) Ciente de que o “vazio do pensamento” é uma realidade, apesar de ser contrária a que as pessoas vivam assim.” foi adequadamente indicada como correta. *No trecho “Foi por analisar a figura de Eichman que Arendt lançou a questão do vazio do pensamento. A característica dessa forma de vazio é a ausência de reflexão, de crítica, de questionamento e até mesmo de discernimento. Podemos dizer que, em nossa época, isso se torna cada vez mais comum. O número de pessoas que abdicam da capacidade de pensar é cada vez maior.”* é possível reconhecer a não aprovação da autora em relação a tal postura já que abdicar da capacidade de pensar tem um sentido negativo para ela.

Fonte: O próprio texto.

#### Questão: 17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais não merecem prosperar, uma vez que, conforme preceitua o § 3º do artigo 43 da Lei nº 877, *“o substituto perderá, durante o tempo de substituição, o vencimento ou remuneração do cargo de que for ocupante efetivo, salvo se optar pela remuneração do cargo efetivo”*. De fato, a substituição de Karina será gratuita no que tange a acumulação de funções, pois não excede o prazo de trinta dias, contudo, Lúcia poderá

optar pela remuneração que lhe for mais vantajosa.

Fonte: Lei nº 877, de 18 de setembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Capanema)

**Questão: 23**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa D.**

De acordo com os dados da questão temos que:

|   |  |                            |
|---|--|----------------------------|
| Valor de Aquisição                      | 250.000,00                             |                            |
| Valor Residual                          | 25.000,00                              |                            |
| Valor depreciável                       | 225.000,00                             |                            |
| Vida útil                               | 5 anos                                 | 60 meses                   |
| Taxa de depreciação anual               | 20%                                    | 1,67%                      |
| Tempo de uso<br>30/06/2016 a 31/12/2018 | 2,5 anos                               | 30 meses                   |
| Depreciação Anual/Mensal                | 45.000,00                              | 3.750,00                   |
| Depreciação Acumulada                   | 112.500,00<br>(45.000 x 2,5)           | 112.500,00<br>(3.750 x 30) |
| Valor Contábil líquido                  | <b>137.500,00</b><br>(250.000-112.500) |                            |

Portanto, em atendimento à solicitação da questão a resposta correta corresponde à **alternativa D**, sendo alterado o gabarito (de A para D).

Fonte: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/US. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. Brasília, 2019.

**Questão: 24**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão dispõe: “A sociedade empresária criada, em janeiro de 2018 quando iniciou suas atividades, apresentou ao final do ano as seguintes contas com seus respectivos saldos na sua contabilidade, após destinação do resultado apurado; observe”.

Em seu comando aponta que: “A partir dos **dados apresentados em 31/12/2018**, o valor total do Ativo Não Circulante, Imobilizado foi de”:

Assim, verifica-se que, houve um erro de grafia que não prejudica o entendimento ou a resolução da questão, pois, ao se referir que “apresentou no final do ano” de 2018, quando foi criada, os saldos das contas e solicita que a partir dos “dados apresentados em 31/12/2018”, esta data refere-se ao final do ano de 2018, do exercício social.

Portanto, diante do exposto, a questão e o gabarito foram mantidos.

Fonte: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/US. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. Brasília, 2019.

**Questão: 25**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os dados da questão temos que:

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

| DESCRIÇÃO   | Em R\$            |
|---|-------------------|
| <b>1 – RECEITAS</b>   |                   |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços                   | 1.200.000,00      |
| <b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>                        |                   |
| 2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | - 600.000,00      |
| <b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>                           | 600.000,00        |
| <b>4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>                    | -16.000,00        |
| <b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b> | 584.000,00        |
| <b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>             | 0,00              |
| <b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>              | <b>584.000,00</b> |

Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL

Fonte: NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado

Segundo a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado: **“Receitas:** Venda de mercadorias, produtos e serviços – inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas. [...] **Insumos adquiridos de terceiros:** Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos – inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio [...] Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado”.

Portanto, verifica-se que a alternativa correta de resposta é a **C)**, e diante do exposto, a questão e o gabarito foram mantidos.

Fontes:

- EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/US. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. Brasília, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 09** – Demonstração do Valor Adicionado.

#### Questão: 26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os dados da questão temos que:

|                                 |                  |
|---------------------------------|------------------|
| Receita com vendas              | 480.000,00       |
| ICMS s/ vendas                  | - 57.600,00      |
| Receita líquida                 | 422.400,00       |
| CMV                             | - 254.000,00     |
| Lucro Bruto                     | 168.400,00       |
| Comissões sobre Vendas          | - 8.400,00       |
| Despesas com Pessoal            | - 86.000,00      |
| Outras Despesas Gerais          | - 8.600,00       |
| Resultado antes res financ      | 65.400,00        |
| Juros recebidos de clientes     | 18.400,00        |
| Despesas de Juros s/ Empréstimo | - 10.800,00      |
| Resultado antes tributos        | 73.000,00        |
| I Renda e CS sobre o Lucro      | - 20.075,00      |
| Resultado líquido               | <b>52.925,00</b> |

Portanto, verifica-se que a alternativa correta é a **D**), e diante do exposto, a questão e o gabarito foram mantidos.  
Fonte: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/US. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. Brasília, 2019.

## Cargo: Engenheiro Civil II

### Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

#### Questão: 23

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal aduz que a questão não é inédita e é idêntica a outro certame. O recurso não se sustenta, eis que não traz elementos quanto ao conteúdo para análise da banca e posterior anulação da questão.

Mantem-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Abitante, André Luís. Materiais de construção [recurso eletrônico] / André Luís Abitante, Ederval de Souza Lisboa. – Porto Alegre : SAGAH, 2017, página 88.

#### Questão: 26

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal aduz que não há um consenso sobre a eficiência de remoção de SS e DBO no tratamento secundário de esgotos sanitários. O recurso não se sustenta, eis que segundo a NBR 12.209/2011 (Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de estações de tratamento de esgotos sanitários), item 3.53, traz a informação correta para a questão, cujos valores são de 80% a 90%.

Mantem-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NBR 12.209/2011 (Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de estações de tratamento de esgotos sanitários), item 3.53.

#### Questão: 31

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal aduz que o enunciado da questão está confuso, pois fala em preços unitários, sendo que o preço é definido apenas após o cálculo do BDI. O recurso não se sustenta, eis que o cálculo do BDI pode ser feito em separado e disposto no final da planilha orçamentária, ou mesmo em coluna na planilha orçamentária (Custo com BDI). O enunciado trata de planilha de custos diretos para preços (dos serviços) unitários, ou seja, os insumos não fazem parte desta planilha. A razão recursal alega que a questão não possui alternativa correta. A questão confunde os conceitos de preço e custo unitário, que não são sinônimos. O recurso não se sustenta, pois na leitura do enunciado está bem claro que a planilha é a direta (serviços) com os respectivos preços de cada serviço, ou seja, na letra D, os insumos não fazem parte desta planilha.

Mantem-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Tisaka, Maçahiko Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução / Maçahiko Tisaka. — São Paulo: Editora Pini, 2006, página 48.

#### Questão: 34

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal aduz que a questão deve ser anulada, pois tem 02 (duas) respostas corretas, sendo a letra A, pH, e a letra C, peneiramento. O recurso não se sustenta eis que o peneiramento é um ensaio de laboratório para o asfalto diluído, contudo, o pH não é um ensaio para o asfalto diluído, mas sim para a emulsão asfáltica.

Mantem-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Abitante, André Luís. Materiais de construção [recurso eletrônico] / André Luís Abitante, Ederval de Souza Lisboa. – Porto Alegre : SAGAH, 2017, páginas 109 e 114.

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 02

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O texto explica claramente que antes do lugar, a Lagoa Rodrigo de Freitas, ter pizzarias, academias de ginástica, pistas de skate, cinemas multiplex, havia no local um mafuá. Tal mafuá caracterizava-se por jogos de argola para se ganhar bichinhos de pelúcia, disputar corrida nos carrinhos de bate-bate, ficar aguardando na fila para entrar no Chapéu Mexicano: atividades que, incontestavelmente, remetem a parque de diversão. Ao construir seu conhecimento sobre o segmento do texto em questão, tendo como base as informações ofertadas pelo próprio texto, registram-se as seguintes falhas: desconhecimento de que mafuá significa parque de diversão (vide dicionário); não observação das pistas textuais caracterizadoras de um parque de diversões que o autor do texto frequentava; observação de que os elementos da modernidade (pizzarias, academias, etc) se encontram na referida região atualmente apenas; reconhecimento de que um lugar onde se espera civilizadamente em fila para adentrar um brinquedo (Chapéu Mexicano) e no qual um usuário (a moça mais jovem) polidamente questiona se o autor do texto está na fila \_\_\_ de forma a não ferir seu direito de preferência, que na visão da jovem já se evidenciava pela idade de seu interlocutor \_\_\_ não configura um mafuá (desordem ou bagunça) de maneira alguma. A tarefa solicitada ao concursista era de confrontar seu conhecimento prévio do vocábulo mafuá com o significado empregado no contexto, ou seja, no segmento abordado, para tanto, todo o conhecimento construído ao longo da leitura do texto deveria ser acionado, havendo também confirmação nas pistas textuais que o levariam a produzir o entendimento do que se tratava no contexto. Assim sendo, não encontrou-se respaldo para atender às solicitações recursais e confirma-se o gabarito preliminar divulgado para a questão, a saber, Letra B.

Fontes:

- CRÔNICAS DE ARTUR XEXÉO (16/12/2013) <https://www.facebook.com>
- <https://www.dicio.com.br> Houaiss, Antonio. Dicionário Online de Português
- <https://dicionario.priberam.org> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Contemporânea-Teoria e Prática. Escala Educacional

Questão: 05

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A construção do conhecimento, ou interpretação, de um texto, se faz pelo levantamento das hipóteses sobre o texto, as quais são elaboradas por quem lê/ouve o texto a partir de seu conjunto de conhecimentos e da confirmação de tais hipóteses em pistas textuais, que incluem micro e macro estrutura, bem como conhecimento léxico, de gênero e tipologia textual entre outros. O verbo poder expressa permissão, habilidade, possibilidade. O que foi solicitado ao concursista, na Questão 05, foi tão somente, observar o sentido de possibilidade expresso pelo verbo poder (podem) e pelo contexto como um todo \_\_\_ pois que não existe texto sem relações contextuais \_\_\_ confirmando, no texto, que existe possibilidade de adultos se divertirem tanto quanto crianças em um parque; existe possibilidade de adultos não perceberem claramente o passar dos anos (e seu conseqüente envelhecimento) até que alguém lhes diga; existe possibilidade do leitor não conhecer

carrinhos de bate-bate (“será que alguém sabe o que é isso?”); existe possibilidade de mafuá não ser apenas bagunça; existe possibilidade de adultos terem medo de brinquedos/atrações de parque. O texto esclarece, inclusive, que aos 20 ou 25 anos havia coragem de enfrentar o Chapéu Mexicano, o que não é mais possível, sendo o emprego da forma verbal tinha e da expressão faz tempo as pistas textuais que confirmam tal compreensão. Salienta-se que, em momento algum, a diretiva da Questão 05 ou a alternativa C dizem que o entendimento do texto se resume ao medo dos adultos das trações de um parque de diversões. Justamente porque poder (podem) está investido do sentido de possibilidade é que o texto permite observar que uma experiência pessoal, a relatada no texto, tem chances/pode ser comum a mais pessoas adultas. É também oportuno salientar que a alternativa A, “contemplam-se exclusivamente as crianças nas atividades de lazer”, não se confirma nas pistas textuais porque o texto versa exatamente sobre adultos que frequentam e se divertem em parques. Assim sendo, não encontrou-se respaldo para atender às solicitações recursais e confirma-se o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

**Fontes:**

- CRÔNICAS DE ARTUR XEXÉO (16/12/2013) <https://www.facebook.com>
- <https://www.dicio.com.br> Houaiss, Antonio. Dicionário Online de Português
- <https://dicionario.priberam.org> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Contemporânea-Teoria e Prática. Escala Educacional

**Questão: 07**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso da crase no segmento “A primeira vez que me dei conta de que a juventude estava acabando foi no Tivoli. Para quem não está ligando o nome à pessoa, o Tivoli era um mafuá que ficava em plena Lagoa Rodrigo de Freitas” é obrigatório, e incide na regra geral do uso de crase, preposição a + artigo a, ou seja, regência do verbo + palavra feminina. O verbo ligar é transitivo direto e indireto, dentro do sentido usado no texto. Ligar alguém/ alguma coisa a alguém/alguma outra coisa, um caso clássico de regência verbal que exige preposição e, à preposição, segue-se palavra feminina, a pessoa. O mesmo ocorre na alternativa A, na qual temos a regência do verbo ir que exige preposição + a palavra feminina, a confraternização. A alternativa D não se trata do mesmo caso, pois ter é transitivo direto, portanto não exige preposição e, ainda, início é palavra masculina, o início. O uso da crase é obrigatório por ser expressão de tempo/horas. Assim, não se encontrou respaldo para tender às solicitações recursais e confirma-se o gabarito preliminar previsto para a referida questão, a saber, Letra A.

**Fontes:**

- CRÔNICAS DE ARTUR XEXÉO (16/12/2013) <https://www.facebook.com>
- <https://www.dicio.com.br> Houaiss, Antonio. Dicionário Online de Português
- <https://dicionario.priberam.org> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Contemporânea-Teoria e Prática. Escala Educacional

**Questão: 12****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta a razão recursal que a questão não possui resposta correta, mas, para determinar o produto das raízes da equação  $2x^2 + 3x = 6$ , usa-se a relação  $x_1 \cdot x_2 = \frac{c}{a}$ . Transformando a equação na forma geral tem-se  $2x^2 + 3x - 6 = 0$ , onde  $a = 2$  e  $c = -6$ . Logo:

$$k = x_1 \cdot x_2 = \frac{c}{a} = \frac{-6}{2} = -3$$

Ou ainda:

$$2x^2 + 3x - 6 = 0$$

$$a = 2, b = 3 \text{ e } c = -6$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a} = \frac{-3 \pm \sqrt{(3)^2 - 4 \times 2 \times (-6)}}{2 \times 2} = \frac{-3 \pm \sqrt{9 + 48}}{4} = \frac{-3 \pm \sqrt{57}}{4}$$

$$x_1 = \frac{-3 + \sqrt{57}}{4} \text{ e } x_2 = \frac{-3 - \sqrt{57}}{4}$$

k é igual ao produto das raízes, logo:

$$k = x_1 \cdot x_2 = \left( \frac{-3 + \sqrt{57}}{4} \right) \times \left( \frac{-3 - \sqrt{57}}{4} \right) = \frac{9 - 3\sqrt{57} + 3\sqrt{57} - 57}{16} = \frac{-48}{16} = -3$$

Resolvendo a equação  $2k - w = 2$ , tem-se:

$$\begin{aligned} 2k - w &= 2 \\ 2 \cdot (-3) - w &= 2 \\ -6 - w &= 2 \\ -w &= 2 + 6 \\ -w &= 8 \\ w &= -8 \end{aligned}$$

Portanto pode-se afirmar que o valor de w é - 8.

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

**Questão: 21****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão de nº 21 refere-se a conhecimentos referentes a "**Princípios fundamentais de contabilidade.**"  
Portanto, o conteúdo exigido está de acordo com o previamente estabelecido em edital.

**SEÇÃO 110 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS***Geral**110.1A1 Existem cinco princípios fundamentais de ética para os profissionais da contabilidade:**110 Integridade – ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.**111 Objetividade – não comprometer julgamentos profissionais ou comerciais devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros.**112 Competência profissional e devido zelo – para:**112.1 obter e manter conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente ou a organização empregadora receba serviço profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante; e**112.2 atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.**113 Confidencialidade – respeitar a confidencialidade das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais.*

114 *Comportamento profissional – cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão.*

**R110.2 O profissional da contabilidade deve cumprir com cada um dos princípios fundamentais.**

**110.2A1 Os princípios fundamentais de ética estabelecem o padrão de comportamento esperado do profissional da contabilidade. A estrutura conceitual estabelece a abordagem que o profissional da contabilidade deve aplicar para auxiliar no cumprimento dos princípios fundamentais. As subseções de 111 a 115 apresentam requisitos e material de aplicação relacionados com cada um dos princípios fundamentais.**

**110.2A2 O profissional da contabilidade pode enfrentar uma situação na qual o cumprimento com um princípio fundamental esteja em conflito com um ou mais princípios fundamentais. Nessa situação, ele pode considerar a consulta, de forma anônima se necessário, com:**

- outros dentro da firma ou da organização empregadora;
- os responsáveis pela governança;
- órgão profissional;
- órgão regulador;
- assessores jurídicos.

**Entretanto, essa consulta não desobriga o profissional da contabilidade da responsabilidade de exercer julgamento profissional para resolver o conflito ou, se necessário e salvo se proibido por lei ou regulamento, desassociar-se do assunto que criou o conflito.**

**110.2A3 O profissional da contabilidade deve documentar a essência da questão, os detalhes de todas as discussões, as decisões tomadas e a lógica dessas decisões.**

Fonte: NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC PG 100 (R1), DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

**Questão: 25**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Referida questão de prova trata de conteúdo referente a atribuições diárias inerentes ao ocupante do Cargo de Fiscal de tributos. Portanto, todo conhecimento contábil exigido no instrumento convocatório não sofreu limitações, tornando-se perfeitamente possível e compreensível, que fosse cobrado conhecimentos voltados para os normativos inerentes à contabilidade pública e atos e fatos registrados pela mesma.

O conteúdo programático constante do edital, que autoriza cobrar conhecimentos sobre o que é receita (ativo) e despesa (passivo) na administração pública encontra-se na parte descrita a seguir. Observa-se a inexistência expressa de que limitar-se-ia cobrar referidos conhecimentos apenas no que se refere ao setor privado.

*“Plano de contas e demonstrações contábeis; escrituração, livros, registros e relatórios contábeis; ativo, passivo e patrimônio líquido; regimes contábeis; patrimônio, fatos e procedimentos contábeis.”*

Considerando que se trata de importante e estratégico cargo a ser ocupado na Administração pública, não é razoável admitir a exigência pura e simples de conhecimentos voltados unicamente para o setor privado.

*Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:*

*[...]*

*§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:*

*I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;*

*[...]*

*Art. 14. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.*

*Parágrafo único. Em casos excepcionais, serão consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.*

*Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por elementos.*

*§ 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.*

§ 2º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Fonte: Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964

### Questão: 32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os itens a serem julgados em referida questão estão de acordo com o conceito de conciliação bancária e, principalmente, com os procedimentos adotados no dia-a-dia de profissionais que trabalham na área financeira, contábil, auditoria interna, controle interno, etc.

Após revisão dos itens a serem julgados não se observou qualquer incorreção nas alternativas e, por consequência, no gabarito divulgado.

Não existe nenhuma lei ou obrigatoriedade na conciliação bancária. Contudo, faz parte de uma boa conciliação bancária, seja pública ou privada, conferir as entradas e as saídas existentes nos extratos bancários com a documentação bancária da entidade. Trata-se de ato de gestão. Portanto, zelo com a execução orçamentária e financeira.

#### *CONCILIAÇÃO BANCÁRIA*

*A conciliação consiste na comparação do saldo de uma conta bancária de movimento com uma informação externa à contabilidade (extrato bancário), de maneira que se possa ter certeza quanto à exatidão do saldo em análise, em determinada data. Realiza-se a composição do saldo, analisando-se os lançamentos não realizados (tanto pelo banco, no extrato, quando pela contabilidade interna, na razão) ou divergentes (valores diferentes) e cheques não compensados. Com base nesta primeira conciliação bancária, realiza-se (caso for) os lançamentos complementares, estornos ou reclassificações.*

#### *PLANILHA DE CONCILIAÇÃO*

*Habitualmente, e para facilitar a apuração e registro das diferenças entre os saldos contábeis e bancários, elaboram-se planilhas de conciliação, demonstrando, linha a linha, as diferenças e os ajustes necessário, partindo-se do saldo contábil e somando-se/diminuindo-se os valores apontados até chegar ao saldo do extrato. Ao lado de cada valor especifica-se, em coluna própria, se houve regularização do lançamento, posteriormente à referida conciliação.*

Fonte: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/>

### Questão: 34

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Em que pese a importância e a necessidade de se conhecer o Sistema Financeiro Nacional para o bom desempenho do cargo de Fiscal de Tributos, não ficou claro, no instrumento convocatório, que seria cobrado conhecimentos sobre referido tema especificamente. Assim, justo se fez acatar o recurso e proceder a anulação da questão em comento.

### Questão: 35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Referida questão de prova trata de conteúdo referente a atribuições diárias inerentes ao ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos. Portanto, todo conhecimento contábil exigido no instrumento convocatório não sofreu limitações, tornando-se perfeitamente possível e compreensível, que fosse cobrado conhecimentos voltados para os normativos inerentes à contabilidade pública e atos e fatos registrados pela mesma.

O conteúdo programático constante do edital, que autoriza cobrar conhecimentos sobre o que é receita (ativo) e despesa (passivo) na administração pública encontra-se na parte descrita a seguir. Observa-se a inexistência expressa de que limitar-se-ia cobrar referidos conhecimentos apenas no que se refere ao setor privado.

*“Plano de contas e demonstrações contábeis; escrituração, livros, registros e relatórios contábeis; **ativo**, passivo e patrimônio líquido; regimes contábeis; patrimônio, fatos e procedimentos contábeis.”*

Considerando que se trata de importante e estratégico cargo a ser ocupado na Administração Pública, não é razoável admitir a exigência pura e simples de conhecimentos voltados unicamente para o setor privado.

### 3. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1. CONCEITO

*O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.*

*A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:*

*[...]*

*Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.*

#### *Ingressos Extraorçamentários*

*ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.*

#### *Receitas Orçamentárias*

*São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e, via de regra, por força do princípio orçamentário da universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual –LOA.*

*Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª. Edição. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>*

#### **Questão: 36**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Referida questão de prova trata de conteúdo referente a atribuições diárias inerentes ao ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos. Portanto, todo conhecimento contábil exigido no instrumento convocatório não sofreu limitações, tornando-se perfeitamente possível e compreensível, que fosse cobrado conhecimentos voltados para os normativos inerentes à contabilidade pública e atos e fatos registrados pela mesma.

O conteúdo programático constante do edital, que autoriza cobrar conhecimentos sobre o que é receita (ativo) e despesa (passivo) na administração pública encontra-se na parte descrita a seguir. Observa-se a inexistência expressa de que limitar-se-ia cobrar referidos conhecimentos apenas no que se refere ao setor privado.

*“Plano de contas e demonstrações contábeis; escrituração, livros, registros e relatórios contábeis; **ativo**, passivo e patrimônio líquido; regimes contábeis; patrimônio, fatos e procedimentos contábeis.”*

Considerando que se trata de importante e estratégico cargo a ser ocupado na Administração Pública, não é razoável admitir a exigência pura e simples de conhecimentos voltados unicamente para o setor privado.

### 3.5 - ETAPAS DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

3.5.1. Previsão - Compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Isso deverá ser realizado em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na LRF. Sobre o assunto, vale citar o art. 12 da referida norma:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos.

[...]

A previsão de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

3.5.2. Lançamento - O art. 53 da Lei nº 4.320/1964, define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Por sua vez, para o art. 142 do CTN, lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível. Uma vez ocorrido o fato gerador, procede-se ao registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida a uma variação patrimonial aumentativa. Observa-se que, segundo o disposto nos arts. 142 a 150 do CTN, a etapa de lançamento situa-se no contexto de constituição do crédito tributário, ou seja, aplica-se a impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Além disso, de acordo com o art. 52 da Lei nº 4.320/1964, são objeto de lançamento as rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

3.5.3. Arrecadação - Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente. Vale destacar que, segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

3.5.4. Recolhimento - É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei no 4.320, de 1964,

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª. Edição. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

#### Questão: 40

##### Recurso Improcedente. Gabarito alterado para a alternativa E.

Referida questão de prova trata de conteúdo referente a atribuições diárias inerentes ao ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos. Portanto, todo conhecimento contábil exigido no instrumento convocatório não sofreu limitações, tornando-se perfeitamente possível e compreensível, que fosse cobrado conhecimentos voltados para os normativos inerentes à contabilidade pública e atos e fatos registrados pela mesma.

O conteúdo programático constante do edital, que autoriza cobrar conhecimentos sobre o que é receita (ativo) e despesa (passivo) na administração pública encontra-se na parte descrita a seguir. Observa-se a inexistência expressa de que limitar-se-ia cobrar referidos conhecimentos apenas no que se refere ao setor privado.

*“Plano de contas e demonstrações contábeis; escrituração, livros, registros e relatórios contábeis; ativo, passivo e patrimônio líquido; regimes contábeis; patrimônio, fatos e procedimentos contábeis.”*

Considerando que se trata de importante e estratégico cargo a ser ocupado na Administração Pública, não é razoável admitir a exigência pura e simples de conhecimentos voltados unicamente para o setor privado.

**Observa-se erro na divulgação do gabarito, sendo o mesmo alterado para letra “E”**

## 1. INTRODUÇÃO

*Esta Parte, intitulada Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), visa dar continuidade ao processo que busca reunir conceitos, regras e procedimentos relativos aos atos e fatos orçamentários e seu relacionamento com a contabilidade. Também tem como objetivo a harmonização, por meio do estabelecimento de padrões a serem observados pela Administração Pública, no que se refere à receita e à despesa orçamentária, suas classificações, destinações e registros, de modo a permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas nacionais.*

[...]

***A receita e a despesa orçamentárias assumem, na Administração Pública, fundamental importância, pois representam o montante que o Estado se apropria da sociedade por intermédio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da geração de bens e serviços.***

*Também se torna importante em face de situações legais específicas, como a distribuição e destinação da receita entre as esferas governamentais e o cumprimento dos limites legais para a realização de despesas, impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).*

***É relevante destacar que a relação entre a receita e a despesa é fundamental para o processo orçamentário, visto que a previsão da receita dimensiona a capacidade governamental em autorizar a despesa, entendendo a receita orçamentária como o mecanismo de financiamento do Estado, sendo considerada também a decorrente de operações de crédito. Além disso, de acordo com o art. 9º da LRF, a arrecadação é instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa.***

***O conhecimento dos aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público, principalmente diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, é de suma importância, pois contribui para a transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações de melhor qualidade aos diversos usuários, especialmente por intermédio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).***

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª. Edição. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

**Cargo: Tesoureiro**

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 04**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A diretiva da Questão 04 é clara, solicita que o concursista analise a situação de uso da palavra triste, ou seja, não se trata de que triste é um sujeito simples, análise sintática. Na análise sintática observa-se a função de um termo na construção do período/frase etc. O que a Questão 04 busca aferir é se o concursista domina o conhecimento básico de que, quando precedido por Artigo, adjetivos, formas verbais chamadas nominais e outras palavras, ficam substantivadas, passam a ser substantivos. Por exemplo, Cantar é verbo, mas quando temos O cantar é o mesmo que O canto, substantivo. O triste, na referida questão, é A tristeza, portanto, um substantivo. É de destaque pontuar que, inclusive o texto recursal, define O Triste como Tristeza. Assim sendo,

não se encontrou respaldo para tender às solicitações recursais e confirma-se o gabarito preliminar divulgado para a questão, a saber, Letra E.

Fontes:

- CRÔNICAS DE ARTUR XEXÉO (16/12/2013) <https://www.facebook.com>
- <https://www.dicio.com.br> Houaiss, Antonio. Dicionário Online de Português
- <https://dicionario.priberam.org> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Contemporânea-Teoria e Prática. Escala Educacional

### **Questão: 05**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A construção do conhecimento, ou interpretação, de um texto, se faz pelo levantamento das hipóteses sobre o texto, as quais são elaboradas por quem lê/ouve o texto a partir de seu conjunto de conhecimentos e da confirmação de tais hipóteses em pistas textuais, que incluem micro e macro estrutura, bem como conhecimento léxico, de gênero e tipologia textual entre outros. O verbo poder expressa permissão, habilidade, possibilidade. O que foi solicitado ao concursista, na Questão 05, foi tão somente, observar o sentido de possibilidade expresso pelo verbo poder (podem) e pelo contexto como um todo \_\_ pois que não existe texto sem relações contextuais \_\_ confirmando, no texto, que existe possibilidade de adultos se divertirem tanto quanto crianças em um parque; existe possibilidade de adultos não perceberem claramente o passar dos anos (e seu conseqüente envelhecimento) até que alguém lhes diga; existe possibilidade do leitor não conhecer carrinhos de bate-bate (“será que alguém sabe o que é isso?”); existe possibilidade de mafuá não ser apenas bagunça; existe possibilidade de adultos terem medo de brinquedos/atrações de parque. O texto esclarece, inclusive, que aos 20 ou 25 anos havia coragem de enfrentar o Chapéu Mexicano, o que não é mais possível, sendo o emprego da forma verbal tinha e da expressão faz tempo as pistas textuais que confirmam tal compreensão. Salienta-se que, em momento algum, a diretiva da Questão 05 ou a alternativa C dizem que o entendimento do texto se resume ao medo dos adultos das atrações de um parque de diversões. Justamente porque poder (podem) está investido do sentido de possibilidade é que o texto permite observar que uma experiência pessoal, a relatada no texto, tem chances/pode ser comum a mais pessoas adultas. É também oportuno salientar que a alternativa A, “contemplam-se exclusivamente as crianças nas atividades de lazer”, não se confirma nas pistas textuais porque o texto versa exatamente sobre adultos que frequentam e se divertem em parques. Assim sendo, não se encontrou respaldo para atender às solicitações recursais e confirma-se o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- CRÔNICAS DE ARTUR XEXÉO (16/12/2013) <https://www.facebook.com>
- <https://www.dicio.com.br> Houaiss, Antonio. Dicionário Online de Português
- <https://dicionario.priberam.org> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Contemporânea-Teoria e Prática. Escala Educacional

**III**  
**DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

25 de novembro de 2020

**INSTITUTO CONSULPLAN**